



ANEXO

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO/CADASTRO - UF
NOME DO PRODUTO
NUMERO DO PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
EMBALAGEM VALIDADE PRODUTO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO VALIDADE REGISTRO
MARCA DO PRODUTO
ASSUNTO PETIÇÃO

AGUA MINERAL PEDRA BRANCA LTDA 6.02646-5/BOCAIUVA DO SUL/PR
AGUA MINERAL NATURAL
25023.020530/2002-30 6.2646.0001.001-7
POLIETILENO TEREFTALATO (PET) 04 Meses
POLIPROPILENO (PP) 12 Meses
Água Mineral 10/2007
FONTANELLA
452 Registro de Alimentos e Bebidas
AGUAS MINERAIS ROSARIO DO SUL LTDA 6.02581-0/JAR-DIM/MS
AGUA MINERAL NATURAL
25006.002884/2002-88 6.2581.0001.001-3
POLICLORETO DE VINILA (PVC) 12 Meses
POLIETILENO TEREFTALATO (PET) 12 Meses
POLIPROPILENO (PP) 12 Meses
POLICARBONATO (PC) 12 Meses
Água Mineral 10/2007
PIRACEMA / FLOR DO PANTANAL
452 Registro de Alimentos e Bebidas
FRANCESCATTIO & DE VENZ LTDA 6.02381-9/ITALIA
PREPARADO ENZIMATICO PECTOLITICO EM PO
25025.042459/2001-20 6.2381.0008.001-7
PLASTICO 18 Meses
LATA 18 Meses
Coadjuvantes de Tecnologia 10/2007
ZIMOPEK PX 1
459 Registro de Alimentos e Bebidas-Importados
HOMEOPATIA DA AMAZONIA FARMACIA E LABORATORIO LTDA 5.06345-2
OLEO DE PEIXE EM CAPSULAS
25009.001741/2002-29 5.6345.0017.001-0
PLÁSTICO METALIZADO 24 Meses
PLASTICO 24 Meses
POLIETILENO (PE) 24 Meses
Novos Alimentos e Ingredientes 10/2007
MEGAEPA/SUPEREPA - AMAZON ERVAS/ / AMAZON FARMA/NUTRAMAZON
452 Registro de Alimentos e Bebidas
GUARANA EM CAPSULAS
25009.001743/2002-18 5.6345.0016.001-5
PAPEL ALUMINIZADO 36 Meses
POLIETILENO (PE) 36 Meses
PLASTICO 36 Meses
Alimentos c/Alegações de Prop.Funcionais e ou de Saúde 10/2007
SATERE - AMAZON / AMAZON FARMA / NUTRAMAZON
452 Registro de Alimentos e Bebidas
REFRESCOS GUARARAPES LTDA 6.02617-5/CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE
AGUA PURIFICADA ADICIONADA DE SAIS SEM GAS
25019.002217/2002-05 6.2617.0001.001-4
PLASTICO 01 Ano(s)
VIDRO 01 Ano(s)
LATA 01 Ano(s)
Águas Purificadas Adicionadas de Sais 10/2007
DASANI / BONAQUA
452 Registro de Alimentos e Bebidas

Total de Empresas :5

RESOLUÇÃO-RE Nº 179, DE 2 DE OUTUBRO DE 2002

O Diretor de Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 348, do Diretor - Presidente, de 20 de Junho de 2002, considerando o disposto no inciso II do art. 71 e o § 3º do art. 111 do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 593 de 25 de Agosto de 2000, republicada no DOU de 22 de Dezembro de 2000; considerando o art. 3.º do Decreto-lei nº 986, de 21 de Outubro de 1969, resolve:

Art.1º Conceder o registro de alimentos e bebidas, modificação de marca de produto, inclusão de marca, na conformidade da relação anexa.

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

RICARDO OLIVA

ANEXO

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO/CADASTRO - UF
NOME DO PRODUTO
COMPLEMENTO DO NOME NUM. DO PROCESSO NUM. DE REGISTRO
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO VENCIMENTO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO VALIDADE
ASSUNTO DESCRIÇÃO

BIOTIK DO BRASIL LTDA 4.08545-8

OLEO DE PEIXE OMEGA-3
NATURALIS SP-SAO PAULO
25004.001529/97- 4.8545.0048.001-1
ALUMINIO/ PVC/ PAPEL CARTÃO/ LATA C/ REVEST. DE VERNIZ SANIT 09/2007
4300030 NOVOS ALIMENTOS E INGREDIENTES 02 ANOS
452 REGISTRO DE ALIMENTO
JASMINE COM PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA 5.03188-1
SAL COMUM MOIDO IODADO
JASMINE MARINHO PR-CURITIBA
25023.020205/95- 5.3188.0008.001-6
POLIETILENO 03/2006
4100204 SAL 02 ANOS
455 MODIF DE MARCA DE PRODS CONSTANTES DAS CAT 1 E
NORTE SALINEIRA SA IND E COM - NORSAL 4.07189-2
SAL COMUM GROSSO IODADO
MIRAMAR RN-AREIA BRANCA
25017.000857/95- 4.7189.0008.005-0
POLIETILENO / POLIPROPILENO 09/2005
4100204 SAL 02 ANOS
457 INCLUSÃO DE MARCA

RESOLUÇÃO-RE Nº 180, DE 2 DE OUTUBRO DE 2002

O Diretor de Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 348, do Diretor - Presidente, de 20 de Junho de 2002, considerando o disposto no inciso II do art. 71 e o § 3º do art. 111 do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 593 de 25 de Agosto de 2000, republicada no DOU de 22 de Dezembro de 2000; considerando o art. 3.º do Decreto-lei nº 986, de 21 de Outubro de 1969, resolve:

Art.1º Indeferir os processos de pedido de registro da área de alimentos, por estarem em desacordo com o Decreto-Lei 986, de 21 de outubro de 1969 e seus regulamentos, na conformidade da relação anexa .

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

RICARDO OLIVA

ANEXO

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO/CADASTRO - UF
NOME DO PRODUTO
NUMERO DO PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
EMBALAGEM VALIDADE PRODUTO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO VALIDADE REGISTRO
MARCA DO PRODUTO
ASSUNTO PETIÇÃO

AD OCEANUM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA 6.02358-0/GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC
PROANTOCIANIDINAS EXTRAIDAS DA SEMENTE DE UVA
25024.002106/2002-71 000000000
POLIETILENO (PE) 02 Ano(s)
Alimentos c/Alegações de Prop.Funcionais e ou de Saúde
AD OCEANUM / PHYTOMARE
452 Registro de Alimentos e Bebidas
Em desacordo com a legislação vigente
BARTER LTDA 6.02656-1/SERRA/ES
ADOÇANTE DE MESA NEW EXPORT BLEND
25002.228977/2002-71 000000000
PLASTICO 01 Ano(s)
Adoçante de Mesa
SWEET'N LOW
459 Registro de Alimentos e Bebidas-Importados
Em desacordo com a legislação vigente
ADOÇANTE DE MESA NEW EXPORT BLEND JARS
25002.229086/2002-31 000000000
PLASTICO 01 Ano(s)
Adoçante de Mesa
SWEET'N LOW
459 Registro de Alimentos e Bebidas-Importados
Em desacordo com a legislação vigente
ADOÇANTE DE MESA SACHETS NEW BLEND
25002.229221/2002-49 000000000
ALUMINIO 01 Ano(s)
Adoçante de Mesa
SWEET'N LOW
459 Registro de Alimentos e Bebidas-Importados
Em desacordo com a legislação vigente

Total de Empresas :2

(Of. El. nº 442)

RESOLUÇÃO-RDC Nº 260, DE 23 DE SETEMBRO DE 2002

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11, inciso IV, do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, em reunião realizada em 11 de setembro de 2002, considerando a publicação da Resolução-RDC nº 185, de 22 de outubro 2001, que estabelece requisitos para dispensa de registro de produtos para saúde;

considerando a necessidade de atualizar a relação de produtos dispensados de registro em substituição à Portaria nº 543, de 29 de outubro de 1997, da extinta Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde,

adota a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Os produtos para saúde sujeitos ao cadastramento previsto no art. 3º da Resolução-RDC nº 185/01, são os constantes da relação do Anexo I desta Resolução.

§ 1º Exclui-se do disposto neste artigo os reagentes para diagnóstico de uso in-vitro.

§ 2º Os produtos referidos neste artigo e seus fornecedores ficam sujeitos ao controle previsto na legislação sanitária aplicável.

Art. 2º Os produtos para saúde sujeitos a cadastramento, constantes do Anexo I desta Resolução, obedecem às seguintes exigências e condições:

I. Todo produto médico enquadrado em qualquer classe de risco, incluindo suas partes e acessórios, deve ser registrado na AN-VISA.

II. Todo produto para saúde enquadrado em classe de risco II ou superior, conforme classificação de risco da Resolução-RDC nº 185/01, incluindo suas partes e acessórios, deve ser registrado na ANVISA.

III. Todo produto de interação com seres humanos, incluindo suas partes e acessórios, não contido no Anexo I desta Resolução, deve ser registrado na ANVISA.

IV. Todos os demais produtos não enquadrados nas exigências e condições acima descritas e não contidos na relação do Anexo I desta Resolução, não são considerados produtos para saúde, dispensando manifestação da ANVISA para sua fabricação, importação, exportação, comercialização, exposição à venda ou entrega ao consumo.

§ 1º Os produtos de uso ou aplicação em outras áreas que não da saúde, cujas informações apresentadas pelo fornecedor indiquem uso médico, odontológico ou laboratorial de saúde, destinado a prevenção, diagnóstico, tratamento ou reabilitação, são considerados produtos médicos e estão sujeitos a registro.

§ 2º As relações exemplificativas de produtos para saúde enquadrados na classe de risco I sujeitos a registro e os produtos não considerados produtos para saúde, estão disponibilizadas na INTERNET e no site da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - www.anvisa.gov.br.

§ 3º Para fins de entendimento sobre a aplicação das exigências e condições descritas neste artigo, ficam adotadas as definições e o fluxo indicado no Anexo II desta Resolução.

Art. 4º Ficam sem efeito as manifestações sobre o enquadramento quanto ao registro dos produtos para saúde, formalizadas pela ANVISA anteriormente à data de publicação desta Resolução.

§ 1º As manifestações referidas neste artigo não incluem os certificados de registro e de isenção de registro emitidos pela AN-VISA, os quais permanecem válidos até a data de seu vencimento.

§ 2º Os fornecedores de produtos, que anteriormente à data de publicação desta Resolução, não eram considerados produtos para saúde e passaram a enquadrar-se nesta condição, devem protocolar na ANVISA, até 180 (cento e oitenta) dias a partir da referida data, petição de registro ou cadastramento desses produtos, na forma da Resolução-RDC nº 185/01, ficando autorizada sua fabricação, importação, exportação, comercialização, exposição à venda ou entrega ao consumo, até manifestação da Agência sobre a petição.

§ 3º O fornecedor cujo produto estava registrado ou declarado isento de registro e teve seu enquadramento alterado por esta Resolução, deverá protocolar na ANVISA, na forma da Resolução-RDC nº 185/01:

a) petição de cadastramento, no prazo previsto pela legislação sanitária para a revalidação do registro concedido pela AN-VISA; ou

b) petição de registro, até 6 (seis) meses antes da data de vencimento do certificado de isenção do registro concedido pela AN-VISA.

Art. 5º Para inclusão de produto para saúde em “família” de produtos, prevista na Resolução-RDC nº 97/00, que não tiveram seu enquadramento alterado por esta Resolução, o fornecedor deve adequar as informações do processo original às disposições da Resolução-RDC nº 185/01.

Parágrafo único. É vedada a inclusão de produto para saúde em “família” de produtos registrados ou declarados isentos de registro pela ANVISA, que tiveram seu enquadramento alterado por esta Resolução.

Art. 6º O produto para saúde sujeito a cadastramento, somente poderá ser fabricado, importado, comercializado, exposto à venda ou entregue ao consumo, após manifestação da ANVISA declarando o cadastramento do produto, excetuada a situação descrita no § 2º do artigo 4º desta Resolução.

Art. 7º Esta Resolução será atualizada sempre que informações técnicas e científicas sobre os riscos à saúde, decorrentes da tecnologia e uso de produtos, indicarem a necessidade de rever os enquadramentos quanto ao registro dos produtos.

Art. 8º Fica revogada a Portaria nº 73, de 29 de agosto de 1995, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

Art. 9º Esta Resolução de Diretoria Colegiada entrará em vigor na data de sua publicação.

GONZALO VECINA NETO